



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015 – CGTI/DPF

A exigência de qualificação técnica nos certames licitatórios encontra previsão na Constituição da República, no inc. XXI, do art. 37, e no art. 30, da Lei 8.666/93. De acordo com o art. 37, inc. XXI, da Carta Magna:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** (Sem grifos no original).

A esse respeito importante citar, ainda, o art. 30, da Lei 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e **compatível em características**, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; (Sem grifos no original).

De acordo com o dispositivo legal acima citado conclui-se que o atestado de capacidade técnica a ser apresentado pelos licitantes deva ser **compatíveis** em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A esse respeito comenta Marçal JUSTEN FILHO:

Logo, se o objeto for uma ponte com quinhentos metros de extensão, não é possível que a Administração se satisfaça com a comprovação de que o sujeito já construiu uma “ponte” – eventualmente, com cinco metros de extensão. Sempre que a dimensão quantitativa, o local, o prazo ou qualquer outro dado for essencial à execução satisfatória da prestação objeto da futura contratação ou retratar algum tipo de dificuldade peculiar, a Administração estará no dever de impor requisito de qualificação técnica operacional fundado nesses dados. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13. ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 428).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Cabe esclarecer que embora discricionária, a limitação de percentual a ser demonstrado, importante dizer que o INTERESSE PÚBLICO é a busca em todo procedimento, a comprovação de realização dos serviços prestados anteriormente a contratação é justamente a metodologia que se traduz na expertise da licitante quanto a prestação dos serviços. Embora existam mecanismos que visem coibir ou penalizar a licitante que não cumpra com o objeto a ser contratado, ainda assim esta é uma medida secundária, o interesse primário é a prestação nos moldes contratados.

Outro não é o entendimento da Divisão de Informática desta CGTI/DPF que se manifestou por meio da Informação nº 006 – DINF/CGTI, a qual transcrevo abaixo:

“As especificações do produto ou serviço estão adequadas às reais necessidades da Administração. A formulação de exigências de qualificação técnica que não restrinjam a competição e propiciem a obtenção de preços compatíveis com os de mercado é necessária, afastando empresas que não disponham de qualificação técnica para execução do objeto. Tendo em vista a complexidade do item I, aplica-se, justificadamente, o percentual de 20% para atestado de capacidade técnica. Tal complexidade é embasada pelo que se segue:

1. Volume significativo de 11.450 unidades do item I, perfazendo um total de aproximadamente 13 milhões de reais, estimados em pesquisa de mercado, que representam mais de 51% do valor total estimado do certame;
2. O item I - Monitor de Vídeo – é o item de maior complexidade tecnológica do certame;
3. Alta complexidade logística, a ser executada em 34 localidades distribuídas em todo o território nacional, de um volume significativo de 11.450 unidades, a serem entregues no máximo em 45 dias corridos após empenho;
4. Alta complexidade da execução da garantia on-site, a ser cumprida nas 34 localidades distribuídas em todo o território nacional por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Cabe esclarecer, ainda, que poderão ser entregues tantos atestados quantos forem necessários para atingir o quantitativo percentual mínimo para o item I, conforme edital.

Salientamos que, conforme item 29.5 do Termo de Referência, atestados referentes a equipamentos similares ao Item I, tais como computadores desktops, workstations, notebooks ou ultrabooks, compostos por telas de LCD, Plasma ou LED serão aceitos para o Item I, desde que seu quantitativo total somado atinja o limite mínimo de unidades especificado para o item.

Sendo assim, sugerimos, smj., a manutenção do percentual estabelecido no edital”.

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União entende que é possível a exigência de percentual de no máximo 50% (cinquenta por cento) em relação ao quantitativo a ser contratado. Nesse sentido, entendemos que a exigência de 20% (vinte por cento) expressa no edital do pregão em comento está em consonância com a jurisprudência da corte de contas.

No mesmo sentido, não pode prosperar o argumento de ausência de pressuposto para configuração de complexidade inerente ao objeto, uma vez que se trata de mera aquisição, segundo entendimento da empresa.

Vale ressaltar, ainda, que a exigência de qualificação técnica nos termos publicados no edital visa à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, afastando do certame empresas que não possuem expertise para a execução contratual.

Importante destacar que, ao contrário do alegado pela empresa, o objeto contratado não corresponde ao mero fornecimento de equipamentos, mas também compreende a execução de garantia on-site, a ser cumprida nas 34 localidades distribuídas em todo território nacional, o que denota que a empresa precisa demonstrar que possui capacidade técnica para executar o contrato. Dessa forma, entendemos que resta demonstrada, in casu, a complexidade da contratação em comento.

Diante do exposto, INDEFERIMOS o pedido de impugnação ao edital.